**Resoluções analisadas pela CTPOAR**

1. Resolução 16/2001 - Estabelece critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos.
2. Resolução 29/2002 - Define diretrizes para a outorga de uso dos recursos hídricos para o aproveitamento dos recursos minerais.
3. Resolução 37/2004 - Estabelece diretrizes para a outorga de recursos hídricos para a implantação de barragens em corpos de água de domínio dos Estados, do Distrito Federal ou da União.
4. Resolução 54/2005\* - Estabelece modalidades, diretrizes e critérios gerais para a prática de reuso direto não potável de água.
5. Resolução 65/2006 - Estabelece diretrizes de articulação dos procedimentos para obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os procedimentos de licenciamento ambiental.
6. Resolução 76/2007 - Estabelece diretrizes gerais para a integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão de águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários.
7. Resolução 91/2008 - Dispõe sobre procedimentos gerais para enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos.
8. Resolução 121/2010\* - Estabelece diretrizes e critérios para a prática de reuso direto não potável de água na modalidade agrícola e florestal, definida na Resolução CNRH nº 54 de 28 de novembro de 2005.
9. Resolução 126/2011 - Aprova diretrizes para o cadastro de usuários de recursos hídricos e para a integração das bases de dados referentes aos usos de recursos hídricos superficiais e subterrâneos.
10. Resolução 129/2011 - Estabelece diretrizes gerais para a definição de vazões mínimas remanescentes.
11. Resolução 140/2010 - Estabelecer critério gerais para outorga de lançamento de efluentes com fins de diluição em corpos de água superficiais.
12. Resolução 141/2010 - Estabelece critérios e diretrizes para implementação dos instrumentos de outorga de direito de uso de recursos hídricos e de enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes, em rios intermitentes e efêmeros, e dá outras providências.
13. Resolução 184/2016 - Estabelece diretrizes e critérios gerais para definição das derivações e captações de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, e lançamentos de efluentes em corpos de água e acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos, e dá outras providências.

\* Resoluções que não foram discutidas pela CTPOAR, mas que guardam relação com a outorga de direito de uso de recursos hídricos.